



ATA Nº 3/2024

Aos 27 dias do mês de março de 2024, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a segunda reunião da primeira sessão ordinária do ano 2024, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

Ponto 3. Apresentação do Relatório da atividade da CPCJ de Espinho em 2023;

Ponto 6. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião marcada para as 21h30, iniciou-se às 22h45 por motivo da sessão extraordinária que a precedeu, marcada para o mesmo dia, terminou pelas 22h30.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Gomes Novais, José Adolfo Carvalho Rocha por José Manuel Alves Novo, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho por Fernanda Maria Guedes Bastos, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Pereira e Bruno José da Silva Morais por Ana Rita Sá.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto e de seguida deu a palavra à Enf. Sandra Almeida, Presidente da CPCJ para fazer a apresentação do relatório da atividade desenvolvida pela Comissão em 2023.

Presidente da AME agradeceu a apresentação e não havendo intervenções passou ao ponto 6. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços, dando a palavra à Presidente da CME para sua apresentação a qual referiu que o documento referia-se ao período de 1 de dezembro 2023 a 31 de janeiro 2024 e continha diversos temas como o período natalício, a Corrida de S. Silvestre, a Estratégia Local de Habitação, os Centros de Saúde, a Escola Domingos Capela e a intenção de reabilitação de alguns equipamentos municipais, ficando à disposição para as perguntas que lhe quisessem colocar.

Presidente AME lembrou que, nos termos regimentais, iniciariam com o período para questões e depois passariam à apreciação política

Ana Rezende (CDU) quanto ao projeto de investimento de 100M€ para a Linha do Vouga com prazo de execução entre 2021 e 2025, perguntou quais as informações que a Câmara tinha sobre o desenvolvimento do projeto na área do concelho de Espinho. Disse que a AM de S. João da Madeira tinha criado uma Comissão de Acompanhamento Especial para acompanhar o desenvolvimento daquele investimento. Quanto à EN 109, perguntou o que a Câmara pretendia fazer junto das entidades para resolução da situação caótica em que a estrada se encontrava, lembrando que a CDU tinha apresentado uma moção em 27/02/2020 sobre a Mobilidade no concelho e problemas que já se levantavam na EN 109 e na falta de investimento naquela rede viária, a qual, apesar de aprovada, não se sabia quais as diligencias tomadas pelo executivo. Quanto às comemorações dos 50 anos do 25 de abril, disse que a par de alguns eventos de cariz mais elitista, de participação limitada a poucos, não se via nenhuma iniciativa para todos e perguntou o que a Câmara pretendia fazer para as comemorações.

Paulo Leite (PSD) sobre a Unidade de Saúde da Marinha, lembrou que há um ano, o Vice-presidente em funções naquela altura, garantiu que, no final de 2023, aquele desiderato estaria cumprido e que se verificava não estar. Disse que numa reunião da



Assembleia de Freguesia de Anta e Guetim foi aprovada uma moção onde se manifestava interesses diferentes dos da Câmara Municipal pelo que queria que a Presidente CME esclarecesse o assunto

Presidente da CME disse que na sexta-feira tiveram uma reunião presencial na Câmara Municipal com o Vice-presidente e Técnicos da IP, onde foi discutido a entrada pela passagem norte, que não tinham recebido pelo facto da empreitada não estar em conformidade, a passagem pedonal no Bairro Piscatório, tendo ficado acordada uma intervenção na passagem inferior com saída na continuação na Rua 8, bem como novo alcatroamento do pavimento e colocação de lombas. Quanto à Linha do Vouga, não havia desenvolvimento do processo para Espinho, estava ainda em discussão a intenção de ser feita ou não a linha do Vouga como metro de superfície até à estação da CP, sendo que não era fácil aceitarem aquela intenção, tendo apresentado outras possibilidades. Sobre a EN109, que estava num estado de degradação terrível, disse que os valores apresentados pelo IP eram extremamente baixos e não lhes permitia fazer a empreitada, pelo que o município ficou de transmitir uma resposta ao IP sobre o assunto dentro de alguns dias. Disse que o programa das comemorações do 25 de abril iria sair brevemente e que estava previsto, entre outros, um concerto ao ar livre para que todos pudessem assistir. Sobre a estratégia local de habitação, disse que tinha sido aprovada e assinada com o IHRU em 22/12/2023. Sobre a Unidade de Saúde da Marinha, referiu que não esteve presente na reunião com o Vice-presidente à data e que não assumiu esse compromisso. Disse que a abertura da unidade teve muitas fases, sendo que o parecer favorável foi emitido em 2022, tendo depois disso havido negociações com a entidade que ocupava o edifício. Que se tinha verificado que era preciso fazer uma reconversão do edifício que funcionava como escola para ali funcionar uma unidade de saúde que exigia determinados requisitos para cumprir com as normas, pelo que foi contratualizado um projeto de arquitetura, para o qual teve de ser feita uma contratação de revisão do projeto, dado ultrapassar o montante de 600 mil euros, após o que seria lançada a empreitada. Sobre o Centro de Saúde de Anta, disse que obviamente pretendiam defender a comunidade e os interesses da população num local aprovado.

Paulo Leite (PSD) pediu para fazer pedidos de esclarecimentos, tendo referido que a Presidente da CME tinha acabado de renegar o legado recebido, dado que em campanha do PS, referia-se que *"doa a quem doer, teriam unidade de saúde em*

Silvalde”, tendo sido reafirmado pelo Vice-presidente em funções há época. Sobre o Centro de Saúde de Anta, a preocupação era lícita, uma vez que o órgão deliberativo da freguesia tomou uma posição diversa da Câmara, sendo que, de acordo com o que ouviu naquela assembleia de freguesia, as pessoas não queriam o que a Câmara se propunha fazer e parecia-lhe que não houve ainda um esforço de entendimento.

Presidente da CME disse que o vogal Paulo Leite não fez pedidos de esclarecimentos, mas afirmações e referiu que *Silvalde* iria ter duas unidades de saúde. Sobre o da Marinha disse que não renegava nada, apenas tinha referido que não esteve presente na reunião e apenas respondia pelos seus atos. Perguntou se conhecia o projeto do Centro de Saúde de Anta, sendo que para a zona havia a intenção de ser construída também uma Unidade de Saúde privada e também 3 blocos de apartamentos para famílias jovens. Que naquele local, as pessoas também pertenciam à freguesia de Anta e que não se podiam esquecer de Guetim. Perguntou se Anta era apenas o lugar do Souto.

Presidente da AME disse que seria provavelmente necessário agendar uma sessão para discutir aquele assunto que muito dizia às pessoas de Anta e às que estiveram na Assembleia de Freguesia. Perguntou se os fregueses de Guetim também iriam ser servidos por aquele Centro de Saúde.

Na intervenção política, foram feitas as seguintes intervenções

Paulo Leite disse que concordava que seria necessária uma sessão para discutir e aprofundar o assunto do Centro de Saúde de Anta. Procedeu à leitura de parte do documento aprovado pela Assembleia de Freguesia sobre a deslocalização do Centro de Saúde. Que não lhe parecia que uma imposição da Câmara Municipal sobre a vontade dos eleitos do órgão da freguesia representativo dos fregueses fosse correta, referindo que o próprio PS naquele órgão não concordava com a decisão da Câmara.

Abel Santos (PSD) disse que não se podia ignorar a sessão da assembleia de freguesia propositada para aquele tema que trazia perguntas e dúvidas. Disse que como residente em Guetim, o seu Centro de Saúde era o de Espinho. Parecia-lhe que uma assembleia extraordinária para debater o tema e também para informar os Antenses e Guetineses era absolutamente fundamental para apresentar o projeto, mostrar as virtudes. Que a deslocalização alteraria o dia a dia das pessoas, que todos, Antenses e



Guetinenses, tinham de ter acesso o mais facilitado possível ao serviço de saúde . Parecia-lhe algo precipitado ter avançado com o projeto sem ter uma auscultação mais próxima e sem as pessoas estarem informadas do que se iria passar

Presidente da AME fez notar que independentemente da discussão que se possa fazer sobre o tema, era uma matéria da competência do município.

Presidente da CME disse que assistiu a um debate político, não da informação da Presidente, mas um aproveitamento de uma tomada de posição legítima de um grupo de Antenses, sendo que todos tinham de ser chamados a ser ouvidos. Que o importante era terem um centro de Saúde que tivesse todas as condições para os seus utentes, com bons acessos, estacionamento. Que um dos requisitos da candidatura para poderem submeter na plataforma, era que tinha de ser um local propriedade e devidamente registado em nome do município. Que era preciso ter em conta as condições de trabalho dos profissionais de saúde. Acrescentou que a saúde não podia ser utilizada como arma política

Vice-Presidente referiu que o vogal do PSD se agarrou a tudo, apenas para poder criticar, tendo tantas oportunidades para ser construtivo. Disse que se baseava na opinião dos outros, que era bastante redutor, e que sobre a opinião dos Antenses de que falou, com certeza não os tinha ouvido a todos

Paulo Leite (PSD) protestou e lembrou que estavam em democracia e que podiam expressar as suas opiniões de forma mais ou menos apaixonada. Que não faltou ao respeito a ninguém. Disse que os Antenses votaram para escolher quem os representaria, defenderia os seus interesses e falaria por eles.

Presidente da CME disse que a competência naquela matéria era da Câmara Municipal. Disse que não tinha visto nenhum referendo e que via uma tentativa de politizar aquele assunto. Disse que não passavam procurações e que não andavam a instigar populações à porta da igreja e de outros sítios para assinar referendos ou protestos, ou a pressionar médicos. Que se tinham de inteirar do projeto, que já tinha estado exposto e também no site do município existia uma informação previa sobre o assunto

Paulo Leite (PSD) pediu que o esclarecessem quem andava a influenciar as pessoas porque a Presidente ao referi-lo olhou para ele, ficando a parecer que tinha sido ele.

Presidente da CME respondeu que se informasse porque todos sabiam.

A Presidente da AM deu a reunião por encerrada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
